

PRAIA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO - 002/2026

PROCURADOR DE NIVEL I - CATEGORIA INICIAL

[← voltar](#)

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO MUNICIPAL E ATUAÇÃO DA PROCURADORIA

Questão 1

Ciclano, Procurador Municipal de Praia Grande, é designado para atuar em ação judicial proposta contra o Município por empresa cuja pretensão já havia recebido parecer favorável dele em procedimento administrativo anterior. No mesmo período, Ciclano pretende ajuizar ação em nome próprio para defesa de direito pessoal. Ao tomar ciência da designação para o processo judicial, Ciclano comenta informalmente com outro colega que prefere não atuar no caso, mas não comunica formalmente sua chefia.

Nos termos da Lei Complementar 504/2008 do Município de Praia Grande, assinale a alternativa correta.

A)

Ciclano está impedido de atuar no processo judicial e deve dar ciência reservada ao superior hierárquico imediato, mas pode defender direito próprio em causa própria.



GABARITO PRELIMINAR

- B)** Ciclano pode afastar o impedimento por comunicação informal a outro Procurador, desde que não pratique atos processuais de mérito.
- C)** Ciclano está impedido de atuar no processo judicial e também não pode ajuizar ação em causa própria, se optante pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais.
- D)** Ciclano pode atuar no processo judicial, pois o parecer anterior foi emitido em procedimento administrativo e não no processo em que foi designado.

Questão 2

A pedido de Secretário Municipal interessado, o Chefe do Executivo determinou à Secretaria de Assuntos Jurídicos a elaboração de parecer normativo. O parecer foi aprovado por despacho do Prefeito, mas não foi publicado por afixação no quadro geral do Paço Municipal. Nos termos da Lei Complementar 504/2008 do Município de Praia Grande, assinale a alternativa correta.

- A)** O parecer aprovado vincula apenas o Secretário Municipal que solicitou sua elaboração.
- B)** O parecer aprovado não obriga nenhuma repartição enquanto não houver afixação no Paço Municipal.

- C) O parecer aprovado vincula toda a Administração Municipal desde o despacho do Prefeito.

D)

O parecer aprovado obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 3

A Câmara Municipal discute proposta de alteração da Lei Orgânica do Município. Durante a tramitação, a primeira tese sustenta que a proposta deve ser votada em dois turnos, com interstício mínimo entre eles e quórum qualificado. A segunda tese afirma que, após aprovada, a proposta deve ser enviada ao Prefeito para sanção ou veto. A terceira tese sustenta que a promulgação cabe à própria Câmara Municipal.

Assinale a alternativa correta.

- A) A primeira tese está correta apenas quanto ao quórum qualificado, pois a exigência de dois turnos e interstício mínimo depende da Lei Orgânica.



B)

A primeira tese está correta quanto ao procedimento de votação, e a terceira tese está correta quanto à promulgação pela Câmara Municipal.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A segunda tese está correta, pois a alteração da Lei Orgânica depende de sanção ou veto do Prefeito após aprovação pela Câmara Municipal.

- D) A terceira tese está errada, pois a Câmara Municipal somente promulga a Lei Orgânica quando houver rejeição de veto do Prefeito.

Questão 4

Sobre sanção e veto no processo legislativo, nos termos da Constituição da República, assinale a alternativa correta.

- A) O veto por contrariedade ao interesse público não se submete à apreciação legislativa, pois constitui juízo político reservado ao Chefe do Executivo.
- B) O veto parcial poderá recair sobre palavra, expressão ou trecho de dispositivo, desde que o Chefe do Executivo indique expressamente se o fundamento é inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.

- C) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, devendo o Chefe do Executivo comunicar os motivos do veto ao Presidente do Senado Federal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O silêncio do Chefe do Executivo, decorrido o prazo constitucional para sanção ou veto, importa rejeição tácita do projeto, que somente poderá ser promulgado após nova deliberação legislativa.



Questão 5

O Prefeito pretende editar lei delegada e, para isso, solicita delegação à Câmara Municipal. O pedido abrange três matérias: organização administrativa do Executivo, matéria reservada à lei complementar e alteração do plano plurianual.

Com base na Lei 681/1990 do Município de Praia Grande, assinale a alternativa correta.

- A) A delegação deve ser feita por lei ordinária e pode abranger alteração do plano plurianual, desde que a iniciativa seja do Chefe do Executivo.
- B) A delegação deve ser feita por resolução e pode abranger matéria reservada à lei complementar, desde que o pedido seja formulado pelo Prefeito.

C)

A delegação deve ser feita por decreto legislativo e não pode abranger matéria reservada à lei complementar nem planos plurianuais e orçamentários.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** A delegação deve ser feita por decreto legislativo, com especificação de seu conteúdo e dos termos de exercício, podendo abranger alteração do plano plurianual quando a matéria estiver delimitada no ato delegante.

Questão 6

Sobre tratados e convenções internacionais de direitos humanos no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A)** Os tratados internacionais de direitos humanos serão equivalentes às leis complementares quando aprovados por maioria absoluta em sessão conjunta do Congresso Nacional.

B)

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em 2 (dois) turnos, por 3/5 (três quintos) dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.



GABARITO PRELIMINAR

- C)** Os tratados internacionais de direitos humanos dispensam aprovação pelo Congresso Nacional quando ampliarem direitos e garantias individuais previstos na Constituição da República.
- D)** Todos os tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que versem direta ou indiretamente sobre direitos fundamentais.

Questão 7

A Câmara Municipal examina as contas anuais do Prefeito, após emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas competente. Durante a sessão, parte dos vereadores sustenta que o parecer tem força decisória própria. Outro grupo afirma que o julgamento cabe à Câmara, mas que a rejeição do parecer exige quórum qualificado.

Nos termos da Constituição da República, assinale a alternativa correta.

A)

O julgamento das contas anuais do Prefeito cabe à Câmara Municipal, e o parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** O parecer prévio do Tribunal de Contas julga definitivamente as contas do Prefeito, cabendo à Câmara Municipal apenas registrar formalmente a decisão técnica.
- C)** O parecer prévio somente poderá ser afastado pela Câmara Municipal se houver prévia autorização judicial, em razão da natureza técnica do controle exercido pelo Tribunal de Contas.
- D)** A Câmara Municipal pode afastar o parecer prévio por maioria simples, pois o controle externo é função política própria do Poder Legislativo local.

Questão 8

Um grupo de moradores pretende apresentar à Câmara Municipal projeto de lei de iniciativa popular sobre assunto de interesse específico de determinados bairros do Município. A proposta foi redigida em artigos, recebeu assinaturas correspondentes a 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos em Praia Grande, contém a identificação dos assinantes com o número do respectivo título eleitoral e está acompanhada de certidão do órgão eleitoral competente informando o número total de eleitores do Município.

Assinale a alternativa correta, à luz da Lei 681/1990 do Município de Praia Grande.

- A)** O projeto dependerá de subscrição por maioria absoluta dos eleitores inscritos, por tratar de interesse específico de bairros.



B)

O projeto atende aos requisitos formais de iniciativa popular e deverá tramitar segundo as normas do processo legislativo.

GABARITO PRELIMINAR

- C)** O projeto será inadmissível, pois a iniciativa popular se restringe a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal.
- D)** O projeto somente poderá ser recebido se for assumido por vereador ou por comissão da Câmara Municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO, CONTRATAÇÕES E CONTROLE

Questão 9

Sobre o regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- A)** A ocupação prolongada de bem público por particular, com ânimo de dono e sem oposição administrativa, permite aquisição da propriedade por usucapião extraordinária.
- B)** Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados livremente pela Administração, independentemente de desafetação, autorização legal ou procedimento próprio, desde que haja interesse público motivado.

C)

Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação, os bens dominicais podem ser alienados observadas as exigências legais, e os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

GABARITO PRELIMINAR

D) Os bens públicos dominicais são absolutamente inalienáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de qualquer forma de utilização econômica por particular.

Questão 10

No que se refere aos instrumentos de parceria previstos na Lei n.º 13.019/2014, assinale a alternativa incorreta.

A)

O termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.



GABARITO PRELIMINAR

B) O acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

C) O gestor é o agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

D) O termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações.

Questão 11

Acerca dos pedidos de reconsideração e recursos administrativos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande, assinale a alternativa correta.

A)

Somente caberá recurso quando houver pedido de reconsideração desatendido.

- B) O pedido de reconsideração poderá ser renovado uma única vez, desde que apresentado à mesma autoridade que proferiu a decisão.
- C) O pedido de reconsideração será cabível ainda que não contenha novos argumentos.
- D) O pedido de reconsideração e o recurso possuem efeito suspensivo automático.

Questão 12

O Município celebrou contrato administrativo para reforma de edifício público. Durante a execução, constatou-se a necessidade técnica de alteração quantitativa do objeto, com acréscimo de 40% (quarenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato. A contratada sustenta que poderia recusar a alteração, pois os acréscimos estariam sempre limitados a 25% (vinte e cinco por cento). À luz da Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) O limite de acréscimo deve ser calculado sobre o saldo contratual remanescente no momento da alteração, e não sobre o valor inicial atualizado do contrato.
- B) A contratada poderá recusar qualquer alteração unilateral do contrato, ainda que dentro dos limites legais, pois toda modificação quantitativa depende de termo aditivo consensual.
- C) Os acréscimos e supressões em contratos administrativos são sempre limitados a 25% (vinte e cinco por cento), inclusive nos casos de reforma de edifício ou de equipamento.

D)

A contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos unilateralmente determinados pela Administração até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, por se tratar de reforma de edifício.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 13

Sobre invalidação, revogação, convalidação e autotutela administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) A revogação é o instrumento adequado para retirar do mundo jurídico ato ilegal, produzindo efeitos retroativos e dispensando motivação quando praticada por autoridade hierarquicamente superior.

B) A convalidação é obrigatória em qualquer hipótese de vício do ato administrativo, inclusive quando houver vício de finalidade, motivo inexistente ou objeto juridicamente impossível.

C) A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade e revogar atos válidos, discricionários e ainda eficazes por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, o contraditório quando houver repercussão sobre situações individuais e a apreciação judicial.

GABARITO PRELIMINAR

D) A Administração Pública somente pode anular atos administrativos ilegais mediante prévia autorização judicial, pois a autotutela administrativa restringe-se à revogação de atos inconvenientes.

Questão 14



Com base nos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F) e assinale a alternativa que indica a sequência correta.

☐ Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.

☐ Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º da lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

☐ Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei, constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

☐ Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito do agente público.

A) V, V, F, V.

B)

V, F, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

C) F, V, V, F.

D) V, F, F, V.

Questão 15

Acerca do pregão, modalidade de licitação prevista na Lei n.º 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

A)

O pregão é modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** O pregão poderá ser utilizado para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, desde que o valor estimado da contratação não supere o limite estabelecido para obras e serviços de grande vult 
- C)** É permitida a combinação do pregão com a concorrência nas contratações que envolvam simultaneamente bens e serviços comuns e serviços técnicos especializados.
- D)** O pregão e a concorrência seguem ritos procedimentais distintos, cabendo ao edital definir, em cada caso, a sequência de fases a ser adotada, conforme a natureza e a complexidade do objeto licitado.

Questão 16

Em procedimento disciplinar instaurado para apuração de falta que, por sua natureza, pode ensejar suspensão superior a 30 (trinta) dias, a autoridade competente determinou o afastamento preventivo do servidor. Passados 90 (noventa) dias da suspensão preventiva, o processo ainda não havia sido concluído. Nessa situação, assinale a alternativa correta.

A)

Os efeitos da suspensão preventiva cessarão, ainda que o processo administrativo não tenha sido concluído.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A suspensão preventiva converter-se-á automaticamente em penalidade disciplinar caso o servidor venha a ser condenado ao final do processo.
- C)** A suspensão preventiva poderá ser prorrogada por igual período mediante decisão fundamentada da autoridade competente.
- D)** A suspensão preventiva permanecerá em vigor até a conclusão definitiva do processo administrativo, desde que motivada.

Questão 17

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, na hipótese de ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito, uma das sanções aplicáveis é:

- A)** suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos.



GABARITO PRELIMINAR

- B)** cassação automática dos direitos políticos.
- C)** detenção do agente público por prazo de um a quatro anos.
- D)** advertência administrativa, sem repercussão patrimonial.

Questão 18

Fulano foi aprovado em concurso público para cargo efetivo da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande. Após a homologação do certame, foi regularmente convocado para posse por meio eletrônico, no endereço informado no ato da inscrição, com publicação também no Diário Oficial Eletrônico do Município e no sítio eletrônico oficial. Decorridos cinco dias contados do primeiro dia útil da convocação, Fulano não manifestou interesse em assumir o cargo nem retirou a relação de documentos e exames necessários para a posse. Nessa situação, assinale a alternativa correta.

- A)** A Administração deverá promover convocação pessoal antes da eliminação do candidato.

- B)** O candidato ainda poderá manifestar interesse a qualquer tempo dentro do prazo de quinze dias previsto para a posse, vedada sua eliminação automática.
- C)** A eliminação dependerá da instauração de procedimento administrativo específico, assegurado contraditório prévio.

D) O candidato será eliminado automaticamente, independentemente de aviso ou notificação, podendo a Administração convocar o próximo classificado.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 19

O Município de Praia Grande pretende contratar, sem licitação, empresa de reconhecida especialização para elaborar pareceres técnicos e avaliações jurídicas complexas relacionados à estruturação de concessão de serviço público municipal. A unidade requisitante sustenta que a contratação se enquadra como inexigibilidade de licitação, por envolver serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual. À luz da Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A)** A contratação poderá ser realizada por dispensa de licitação, e não por inexigibilidade, porque a contratação direta de serviços técnicos especializados depende exclusivamente do valor estimado do contrato, sendo irrelevante a inviabilidade de competição.
- B)** A contratação poderá ser realizada por inexigibilidade sempre que o serviço for técnico e intelectual, sendo dispensável a demonstração da notória especialização do contratado, desde que o preço final esteja dentro da estimativa orçamentária elaborada pela Administração.
- C)** A contratação deverá ser necessariamente precedida de licitação, pois a Lei 14.133/2021 não admite inexigibilidade para pareceres, avaliações ou consultorias técnicas, ainda que prestados por profissional ou empresa de notória especialização.

D) A contratação poderá ser enquadrada como inexigibilidade de licitação se ficar demonstrada a inviabilidade de competição, tratando-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual prestado por profissional ou empresa de notória especialização, devendo o processo ser instruído, entre outros elementos, com a justificativa do preço.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 20

Beltrano, servidor efetivo do Município da Estância Balneária de Praia Grande, encontra-se em estágio probatório. Após sucessivas avaliações negativas relacionadas à ineficiência, à indisciplina e à falta de dedicação ao serviço, o chefe imediato de Beltrano pretende representá-lo à autoridade competente para fins de exoneração no interesse do serviço público. Nessa situação, assinale a alternativa correta.

- A) A perda do cargo dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar com ampla defesa
- B) Por se tratar de servidor em estágio probatório, a exoneração poderá ocorrer independentemente de defesa prévia.
- C) A exoneração somente poderá ocorrer após a instauração de processo administrativo disciplinar destinado à aplicação da pena de demissão.

D)

A representação deverá ser submetida à autoridade competente, assegurando-se ao servidor vista para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias.

GABARITO PRELIMINAR



Questão 21

Assinale a alternativa correta a respeito dos editais de licitação previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- A) A previsão de índice de reajustamento de preço no edital somente é obrigatória nos contratos com prazo de vigência superior a 12 meses, sendo facultativa nos contratos de menor duração, hipótese em que a Administração poderá optar pela revisão dos preços por meio de repactuação.
- B) As modificações promovidas no edital dispensam nova divulgação e o cumprimento dos prazos originais dos atos e procedimentos, desde que a Administração comunique individualmente todos os licitantes já cadastrados no certame acerca das alterações realizadas no instrumento convocatório.

C)

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** Para fins de habilitação técnica, o edital poderá exigir atestados que comprovem a execução de quantidades mínimas superiores a 60% das parcelas de maior relevância do objeto da licitação.

Questão 22

O Município concedente pretende retomar, antes do prazo contratual, serviço público concedido a particular, por motivo de interesse público superveniente. Em hipótese diversa, cogita extinguir concessão por inadimplemento contratual grave da concessionária. Sobre as formas de extinção da concessão, assinale a alternativa correta.

- A)** A encampação exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização cabível, enquanto a caducidade pressupõe inadimplemento da concessionária e deve ser precedida de processo administrativo, assegurada ampla defesa.

GABARITO PRELIMINAR
- B)** A intervenção na concessão extingue automaticamente o contrato, dispensando posterior procedimento administrativo ou decisão formal do poder concedente.
- C)** A caducidade pode ser declarada de imediato, sem processo administrativo, sempre que a Administração considerar grave o inadimplemento contratual da concessionária. 
- D)** A encampação pode ser declarada por decreto do Chefe do Executivo, independentemente de lei autorizativa e de indenização prévia, por decorrer do poder de autotutela da Administração.

Questão 23

O Município de Praia Grande declarou determinado imóvel de utilidade pública para implantação de equipamento público. Nos termos da Constituição da República, assinale a alternativa correta.

- A)** A indenização decorrente da desapropriação poderá ser paga por títulos da dívida pública em qualquer hipótese.

B)

A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, depende de justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvadas as hipóteses previstas na própria Constituição.

GABARITO PRELIMINAR

C) A desapropriação por utilidade pública dispensa indenização quando demonstrado relevante interesse coletivo.

D) A declaração de utilidade pública transfere automaticamente a propriedade do imóvel ao Poder Público.

Questão 24

A atividade da Administração Pública que limita ou disciplina o exercício de direitos, interesses ou liberdades, regulando a prática de atos ou a abstenção de fatos em razão do interesse público, especialmente quanto à segurança, higiene, ordem, costumes, disciplina da produção e do mercado, tranquilidade pública e respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, corresponde ao:



A) poder disciplinar.

B) poder regulamentar.

C)

poder de polícia.

GABARITO PRELIMINAR

D) poder hierárquico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E FAZENDA PÚBLICA

Questão 25

O Município de Praia Grande é condenado, em sentença líquida, ao pagamento de quantia vultosa, cujo proveito econômico, desde logo apurável, corresponde a montante equivalente a aproximadamente 60.000 (sessenta mil) salários mínimos. Ao fixar os honorários sucumbenciais devidos ao advogado da parte vencedora, o juiz, considerando que a aplicação dos percentuais legais resultaria em verba de elevada monta, decide arbitrá-los por apreciação equitativa, em quantia que reputa razoável e proporcional à complexidade da causa.

Nos termos do regime processual vigente, assinale a alternativa correta.

- A) Por ser a Fazenda Pública parte na causa, o percentual aplicável é unicamente o da faixa em que se situa o valor total da condenação, incidente sobre toda a base de cálculo, sem cálculo escalonado.
- B) Ainda que líquida a condenação, é facultado ao juiz optar entre o escalonamento por faixas do § 3º e a apreciação equitativa do § 8º, prevalecendo a solução que melhor atenda à proporcionalidade no caso concreto.

C)

A apreciação equitativa não é cabível pelo simples fato de o valor da condenação ser elevado. Tratando-se de condenação líquida, os honorários devem ser fixados mediante aplicação escalonada e progressiva dos percentuais das faixas legais, observando-se a faixa inicial e, naquilo que a exceder, as faixas subsequentes, e assim sucessivamente.



GABARITO PRELIMINAR

- D) Diante do valor expressivo da condenação, é correta a fixação por apreciação equitativa, a fim de evitar honorários desproporcionais, solução expressamente admitida para as causas de elevado valor em que a Fazenda Pública é parte.

Questão 26

A respeito do regime das medidas liminares contra o Poder Público e da suspensão de sua execução, disciplinado pela Lei nº 8.437/1992, assinale a alternativa incorreta.

- A) Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado.

B)

É cabível medida liminar que defira a compensação de créditos tributários ou previdenciários, desde que demonstrada a verossimilhança do direito e o risco de dano ao contribuinte.

- C) A legitimidade para requerer ao presidente do tribunal a suspensão da execução da liminar é do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada.
- D) No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar somente será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Questão 27

Sobre a distribuição do ônus da prova no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

I.A decisão que atribui o ônus da prova de modo diverso da regra geral pode ser proferida apenas na sentença, desde que fundamentada, pois a possibilidade de recurso preserva o contraditório da parte onerada.



II.Na decisão de saneamento e de organização do processo, cabe ao juiz definir a distribuição do ônus da prova, observado o artigo 373 do Código de Processo Civil.

III.A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, antes ou durante o processo, salvo quando recair sobre direito indisponível ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

IV.A convenção sobre distribuição diversa do ônus da prova, quando celebrada antes do processo, somente produz efeitos depois de homologada judicialmente na decisão de saneamento e de organização do processo.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.

- B) I, II, III e IV.
- C) I, II e III, apenas.

D) I e IV, apenas.

Questão 28

Helena ajuizou pedido de tutela antecipada em caráter antecedente, nos termos do artigo 303 do Código de Processo Civil. A tutela foi concedida. Daniel, réu, foi regularmente intimado e não interpôs recurso contra a decisão concessiva. Em seguida, o processo foi extinto. Passados 18 (dezoito) meses da ciência da decisão extintiva, Daniel pretende discutir a medida estabilizada.

Assinale a alternativa correta.

A)

Daniel ainda poderá ajuizar ação própria para rever, reformar ou invalidar a tutela estabilizada.

GABARITO PRELIMINAR

B)



Daniel não poderá mais discutir a tutela, pois o prazo para a ação revisional conta-se da intimação da decisão que concedeu a medida.

C) Daniel deverá propor ação rescisória, pois a estabilização produz coisa julgada material após a extinção do processo.

D) Daniel poderá pedir a revisão da tutela por simples petição nos autos extintos, sem necessidade de nova ação.

Questão 29

Sobre os limites objetivos da coisa julgada no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

A) A verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença faz coisa julgada quando a prova tiver sido produzida sob contraditório e for indispensável ao julgamento do mérito.

B)

A resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, pode fazer coisa julgada se dela depender o julgamento do mérito, se houver contraditório prévio e efetivo, sem revelia, e se o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

GABARITO PRELIMINAR

C) Os motivos da sentença fazem coisa julgada quando forem determinantes para a conclusão adotada no dispositivo, ainda que não tenham sido objeto de pedido autônomo.

D) A questão prejudicial decidida incidentalmente faz coisa julgada mesmo quando o processo tiver restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise.

Questão 30

Acerca dos embargos à execução fiscal, disciplinados pela Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa incorreta.



A) No prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e o rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.

B) Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

C)

As exceções de suspeição, incompetência e impedimento, bem como a alegação de compensação, serão arguidas como matéria preliminar nos embargos e processadas e julgadas conjuntamente com eles.

GABARITO PRELIMINAR

D) O executado oferecerá embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados, conforme o caso, do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia, ou da intimação da penhora.

Questão 31

Em apelação envolvendo o Município Alfa, discute-se questão exclusivamente de direito, com grande repercussão social, ainda sem repetição em múltiplos processos. O relator, a requerimento do Município, propõe que o recurso seja julgado pelo órgão colegiado indicado no regimento interno para fins de assunção de competência. O órgão colegiado reconhece interesse público na assunção.

Baseado no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A)** O incidente é admissível, e o acórdão vinculará juízes e órgãos fracionários submetidos ao Tribunal.
- GABARITO PRELIMINAR**
- B)** O incidente é inadmissível, pois somente pode ser proposto de ofício pelo relator ou a requerimento do Ministério Público, não sendo admitido requerimento da parte ou da Defensoria Pública.
- C)** O incidente é inadmissível, pois depende de repetição efetiva da mesma questão em múltiplos processos.
- 
- D)** O incidente é admissível, mas a tese firmada terá eficácia apenas persuasiva para os demais órgãos judiciais.

Questão 32

Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A)** O incidente pode ser instaurado ainda que não haja efetiva repetição de processos, desde que a questão jurídica seja relevante e possa produzir impacto econômico para a Fazenda Pública.
- B)** Julgado o incidente, a aplicação da tese jurídica a casos futuros dependerá de determinação expressa no acórdão, pois o Código de Processo Civil prevê sua incidência imediata apenas sobre os processos já em curso.
- C)** É inadmissível a instauração do incidente quando tribunal superior já tiver afetado recurso para definição de tese sobre a mesma questão repetitiva. A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.

- D) Admitido o incidente, o relator deverá suspender todos os processos individuais e coletivos em curso no território nacional que versem sobre a mesma questão de direito.

Questão 33

Em inquérito civil instaurado para apurar suposto ato de improbidade administrativa relacionado a contrato municipal, o Ministério Público e o ex-agente público investigado, cujo nome não foi divulgado, ajustam acordo de não persecução civil antes do ajuizamento da ação. O instrumento prevê ressarcimento integral do dano e reversão da vantagem indevida à pessoa jurídica lesada. Antes de qualquer homologação, o Ministério Público sustenta que, por se tratar de acordo extrajudicial, bastaria a assinatura das partes.

Nos termos da Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- A) A assinatura das partes não basta, pois o acordo ainda depende de oitiva do Município, aprovação pelo órgão competente do Ministério Público e homologação judicial.
- B) A assinatura das partes basta quando o acordo prevê ressarcimento integral do dano e reversão da vantagem indevida.
- C) A homologação judicial é dispensável quando o acordo é celebrado antes da ação de improbidade administrativa.
- D) A aprovação pelo órgão competente do Ministério Público somente é exigida quando o acordo for celebrado depois do ajuizamento da ação.



Questão 34

Ene, servidora pública municipal, impetrou mandado de segurança contra ato do Secretário Municipal de Administração que indeferiu sua reclassificação funcional para padrão remuneratório superior. A sentença concedeu a segurança para determinar a imediata reclassificação da impetrante, com implantação do novo padrão remuneratório em folha e pagamento das diferenças vencimentais correspondentes. O Município interpôs apelação e sustentou que a sentença não poderia produzir efeitos imediatos.

Diante do narrado, assinale a alternativa correta.

A) No caso de Ene, a vedação legal impede apenas a execução provisória das diferenças vencimentais pretéritas, mas não obsta a imediata implantação prospectiva do novo padrão remuneratório em folha, pois a reclassificação funcional produziria efeitos apenas futuros até o julgamento da apelação e da remessa necessária.

B) Embora a sentença que concede mandado de segurança possa, em regra, ser executada provisoriamente, essa execução provisória não se admite, no caso de Ene, na parte em que envolve reclassificação funcional, implantação de vantagem remuneratória e pagamento de diferenças.

GABARITO PRELIMINAR

C) A sentença concessiva somente estaria sujeita ao duplo grau de jurisdição se o Município deixasse de interpor apelação, pois a interposição do recurso voluntário substitui a remessa necessária prevista na Lei nº 12.016/2009.

D) A sentença concessiva pode ser executada provisoriamente em qualquer hipótese, pois a vedação legal relativa à reclassificação de servidores, aumento de vantagens e pagamento de valores restringe-se à liminar, não alcançando a sentença.



Questão 35

Em cumprimento de sentença definitiva movido contra Município, o exequente apresenta demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, indicando índice de correção monetária, juros aplicados, termo inicial e final dos encargos e eventuais descontos obrigatórios. Intimado, o Município apresenta impugnação no prazo legal, alegando excesso de execução apenas quanto ao termo inicial dos juros de mora, mas reconhece como incontroversa parcela substancial do crédito. Na mesma manifestação, requer que nenhuma requisição de pagamento seja expedida até o julgamento integral da impugnação e sustenta, subsidiariamente, que eventual prosseguimento somente poderia ocorrer após prévia intimação para pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, sob pena de multa.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

A) A parcela incontroversa somente pode ser objeto de cumprimento imediato quando, isoladamente considerada, enquadrar-se como obrigação de pequeno valor. Se o valor total da execução superar o limite da requisição de pequeno valor, deve-se aguardar o julgamento integral da impugnação para evitar fracionamento vedado pela Constituição Federal

- B)** A apresentação de impugnação pela Fazenda Pública impede, por si só, a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor sobre qualquer parcela do crédito, ainda que o ente público tenha delimitado a controvérsia apenas a um critério de atualização.
- C)** Quando a impugnação da Fazenda Pública se limita à discussão do termo inicial dos juros de mora, basta a indicação do critério jurídico que reputa correto, sendo dispensável a apresentação imediata do valor que entende devido, pois a apuração aritmética pode ser feita após a decisão judicial.

D)

A impugnação da Fazenda Pública deve ser apresentada nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo discutir excesso de execução, desde que declare de imediato o valor que entende correto. Sendo parcial a impugnação, a parcela não questionada será, desde logo, objeto de cumprimento, e não se aplica à Fazenda Pública a multa prevista para o não pagamento voluntário no cumprimento de sentença comum.

GABARITO PRELIMINAR



Questão 36

Sentença de mérito condenatória transitou em julgado contra o Município de Praia Grande há mais de 2 (dois) anos. Instaurado o cumprimento de sentença, a Procuradoria constata que, na fase de conhecimento, o Município jamais foi validamente citado, tendo o processo corrido inteiramente à revelia da Fazenda, que nunca chegou a integrar a relação processual.

À luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

A)

A falta ou a nulidade da citação, quando o processo correu à revelia na fase de conhecimento, pode ser arguida pela Fazenda Pública em impugnação ao cumprimento de sentença, independentemente do decurso do prazo da ação rescisória, por se tratar de vício que não é convalidado pela formação da coisa julgada.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A nulidade de citação deve ser veiculada por ação anulatória, nos termos do art. 966, § 4º, do Código de Processo Civil, via própria para a desconstituição dos vícios de formação da relação processual em sentença de mérito transitada em julgado.
- C)** A impugnação ao cumprimento de sentença não admite a alegação de nulidade de citação, por estar restrita a causas modificativas ou extintivas da obrigação

supervenientes ao trânsito em julgado, como o pagamento e a prescrição.

- D)** O vício de citação em processo que correu à revelia deve ser desconstituído exclusivamente por ação rescisória, no prazo de 2 (dois) anos contado do trânsito em julgado. Ultrapassado o biênio, opera-se a convalidação do vício pela coisa julgada.

Questão 37

Sobre o regime jurídico da improbidade administrativa, na redação da Lei nº 8.429/1992 conferida pela Lei nº 14.230/2021, analise os itens a seguir.

I. Configura ato de improbidade administrativa a conduta funcional dolosa tipificada na lei, exigindo-se, para todas as modalidades, a demonstração da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, não bastando a voluntariedade do agente para a consumação do ato.

II. A modalidade culposa subsiste exclusivamente para os atos que importem prejuízo ao erário, dada a gravidade do dano patrimonial, mantendo-se a responsabilização do agente que atue com imperícia, imprudência ou negligência nessa hipótese.



III. A indisponibilidade de bens constitui sanção autônoma por ato de improbidade, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais penas, de acordo com a gravidade do ato.

Está correto o que se afirma em:

- A)** I, II e III, apenas.

- B)**
I, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- C)** II e III, apenas.

- D)** I e II, apenas.

Questão 38

A Associação Alfa, constituída há mais de 1 (um) ano e com finalidade institucional compatível com a tutela do meio ambiente urbano, ajuizou ação civil pública contra

determinada loteadora, requerendo a reparação de danos ambientais e urbanísticos. Após a contestação, a associação pediu desistência sem apresentar justificativa relacionada à proteção do interesse coletivo. A loteadora concordou com a desistência e requereu a extinção do processo. O Ministério Público, que atuava como fiscal da ordem jurídica, manifestou interesse em assumir a titularidade ativa. O Município também requereu sua admissão para prosseguir com a ação.

Conforme disposições da Lei 7.347/1985, assinale a alternativa correta.

- A) A substituição da associação autora somente é admitida no abandono da ação, não na desistência infundada.
- B) A assunção da ação cabe exclusivamente ao Ministério Público, ainda que o Município também seja legitimado para propor ação civil pública.
- C) O processo deve ser extinto, pois a concordância da loteadora torna eficaz a desistência formulada pela associação.



- D) O processo não deve ser extinto de plano, pois o Ministério Público ou outro legitimado poderá assumir a titularidade ativa.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 39

Em ação proposta contra o Município, o juiz de primeiro grau profere sentença em desconformidade com entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso especial repetitivo. Antes de interpor apelação, o Município cogita ajuizar reclamação diretamente no Superior Tribunal de Justiça, para garantir a observância do precedente repetitivo. A sentença ainda não transitou em julgado.

À luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A reclamação é admissível porque a ausência de trânsito em julgado é o único requisito exigido pelo CPC.

- B)** A reclamação é inadmissível apenas se houver interposição simultânea de apelação.
- C)** A reclamação é admissível mesmo sem o esgotamento das instâncias ordinárias, desde que o Município demonstre risco de dano grave.

D)
A reclamação é inadmissível, pois ainda não foram esgotadas as instâncias ordinárias.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 40

Nos termos da Lei 4.717/1965, analise as afirmações abaixo sobre a ação popular.

I.A pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação poderá abster-se de contestar o pedido ou atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

II.A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível a todos, exceto quando a ação for julgada improcedente por deficiência de prova.

III.A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal.



Está correto o que se afirma em:

- A)** I, apenas.
- B)** II e III, apenas.
- C)** I e II, apenas.

D)
I, II e III.

GABARITO PRELIMINAR

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS

Questão 41

Acerca das espécies tributárias de competência municipal previstas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A)** A taxa pode ser instituída em razão da mera capacidade contributiva do sujeito passivo.

B)

A contribuição de melhoria pode ser instituída em decorrência de obra pública da qual decorra valorização imobiliária.

GABARITO PRELIMINAR

C) O IPTU incide sobre a propriedade territorial rural localizada fora da zona urbana do Município.

D) O ITBI incide sobre transmissão causa mortis e doação de bens imóveis.

Questão 42

De acordo com a Lei Complementar nº 978/2023, assinale a alternativa que trata de matéria não submetida à competência decisória da Junta Administrativa de Recursos Fiscais de Praia Grande (JARF-PG).



A)

Prescrição tributária.

GABARITO PRELIMINAR

B) Multas por infrações à legislação tributária.

C) Recursos voluntários em matéria tributária municipal.

D) Recursos *ex officio* em matéria tributária municipal.

Questão 43

Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003, assinale a alternativa correta.

A)

O ISS não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, observadas as condições previstas em lei complementar.

GABARITO PRELIMINAR

B) A incidência do ISS independe da previsão do serviço na lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

C) O ISS é tributo de competência estadual.

D) O ISS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Questão 44

Em execução fiscal promovida pelo Município, o executado alega nulidade da Certidão de Dívida Ativa por vício demonstrável de plano mediante prova documental pré-constituída. Nessa situação, assinale a alternativa correta.



A) A alegação somente poderá ser apresentada após garantia integral do juízo.

B)

A matéria poderá ser arguida por meio de exceção de pré-executividade, desde que não demande dilação probatória.

GABARITO PRELIMINAR

C) A exceção de pré-executividade depende de prévio depósito do valor executado.

D) A nulidade da Certidão de Dívida Ativa somente poderá ser discutida por meio de embargos à execução.

Questão 45

A sociedade empresária Horizonte Ltda. foi incorporada pela sociedade empresária Aurora S.A. Após a incorporação, o Município apurou a existência de débitos tributários regularmente constituídos em nome da incorporada. Nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

A)

A pessoa jurídica resultante da incorporação responde pelos tributos devidos pela sociedade incorporada até a data do ato.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A responsabilidade da incorporadora limita-se aos tributos lançados após a incorporação.
- C)** A sucessão tributária depende de prévia declaração judicial específica.
- D)** A incorporadora responde apenas pelos créditos tributários definitivamente inscritos em dívida ativa.

Questão 46

Sobre as decisões da Junta Administrativa de Recursos Fiscais de Praia Grande (JARF-PG), assinale a alternativa correta.



A)

As decisões da JARF-PG firmam precedentes cuja observância é obrigatória pelas repartições fazendárias do Município.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** As decisões da JARF-PG vinculam apenas a Secretaria de Finanças, não alcançando os demais órgãos fazendários do Município.
- C)** As decisões da JARF-PG dependem de homologação da Secretária Municipal de Finanças para produzir efeitos.
- D)** As decisões da JARF-PG possuem caráter meramente consultivo para os órgãos fazendários municipais.

Questão 47

Acerca da decadência e da prescrição tributárias previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) Os prazos decadenciais previstos no CTN possuem termo inicial uniforme, independentemente da modalidade de lançamento.
- B) A prescrição extingue o próprio crédito tributário, impedindo sua constituição pela autoridade administrativa.

C) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após o decurso do prazo decadencial previsto em lei.

GABARITO PRELIMINAR

- D) A decadência extingue a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário regularmente constituído.

Questão 48

Sobre as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.



A) A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.

GABARITO PRELIMINAR

- B) A suspensão da exigibilidade extingue o crédito tributário.
- C) A suspensão da exigibilidade impede a constituição do crédito tributário.
- D) O parcelamento exclui definitivamente a obrigação tributária.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 49

Sobre a organização dos Regimes Próprios de Previdência Social, analise as afirmativas a seguir.

I.Os Regimes Próprios de Previdência Social devem ser organizados de modo a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial.

II.Lei municipal pode instituir, no Regime Próprio de Previdência Social, benefício diverso daqueles previstos no Regime Geral de Previdência Social, desde que haja fonte de custeio e demonstração atuarial.

III.Em cada ente federativo, é vedada a existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime.

Está correto o que se afirma em:

A) II e III, apenas.

B) I, II, III e IV.

C)
I e III, apenas.

GABARITO PRELIM



D) I e II, apenas.

Questão 50

Sobre a acumulação de benefícios previdenciários após a Emenda Constitucional nº 103/2019, assinale a alternativa incorreta.

- A) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.
- B) É permitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de Regime Próprio de Previdência Social.

C)
A vedação à acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro impede também o recebimento conjunto de pensões instituídas em regimes previdenciários distintos, ainda que uma seja vinculada ao Regime Geral de Previdência Social e outra a Regime Próprio de Previdência Social.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Nas hipóteses legais de acumulação, é assegurada a percepção integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente conforme as faixas previstas na Emenda Constitucional nº 103/2019.

Questão 51

Servidor titular de cargo efetivo de Município que possui Regime Próprio de Previdência Social completou os requisitos para aposentadoria voluntária, mas optou por permanecer em atividade. Em requerimento administrativo, sustentou que o abono de permanência seria devido automaticamente, em valor necessariamente igual ao da sua contribuição previdenciária mensal, independentemente da disciplina prevista em lei municipal.

Conforme artigo 40, § 19, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) O servidor que tenha completado os requisitos para aposentadoria voluntária faz jus ao abono de permanência como direito subjetivo de valor necessariamente idêntico à sua contribuição previdenciária.

B)

O servidor que completou as exigências para aposentadoria voluntária e optou por permanecer em atividade poderá fazer jus ao abono de permanência, observados os critérios estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, em valor equivalente, no máximo, ao da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.



GABARITO PRELIMINAR

- C) A lei do respectivo ente federativo não pode fixar o abono de permanência em valor inferior ao da contribuição previdenciária do servidor, pois a Constituição Federal impõe equivalência exata entre o abono devido e a contribuição mensal recolhida.
- D) O abono de permanência tem natureza de benefício previdenciário e deve ser concedido pelo Regime Próprio de Previdência Social, razão pela qual seu valor pode superar a contribuição previdenciária mensal do servidor quando houver previsão atuarial.

Questão 52

Sobre a vinculação previdenciária de agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- A) O ocupante exclusivamente de cargo em comissão vincula-se ao Regime Próprio de Previdência Social quando o ente federativo mantiver regime próprio instituído, pois exerce função pública junto à Administração.

B)

O Regime Próprio de Previdência Social alcança os servidores titulares de cargos efetivos, enquanto ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, empregados públicos, agentes temporários e ocupantes exclusivamente de mandato eletivo vinculam-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social.

- C) O empregado público municipal pode ser vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social por lei local, desde que haja contribuição do ente público e equilíbrio financeiro e atuarial.
- D) O titular de mandato eletivo vincula-se ao Regime Próprio de Previdência Social do ente em que exerce o mandato, salvo se já estiver aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social.

Questão 53

Em processo administrativo de aposentadoria de servidor titular de cargo efetivo, discute-se a possibilidade de averbação, no Regime Próprio de Previdência Social municipal, de períodos anteriormente vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e a outro Regime Próprio de Previdência Social. A unidade previdenciária também avalia se a averbação do tempo certificado gera, por si só, compensação financeira entre os regimes envolvidos.

À luz da Constituição Federal e da Lei 9.796/1999, analise as afirmativas a seguir.

I. Para fins de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre regimes previdenciários, com compensação financeira entre eles, na forma da lei.

II. Na compensação financeira, considera-se regime instituidor aquele responsável pela concessão e pelo pagamento do benefício, e regime de origem aquele ao qual o segurado ou servidor esteve vinculado sem receber aposentadoria ou pensão.



III. O período certificado e utilizado para concessão de aposentadoria pelo regime instituidor pode ser novamente aproveitado pelo regime de origem para concessão de outro benefício, desde que haja compensação financeira entre os regimes.

IV. A compensação financeira decorre automaticamente da simples expedição ou averbação da certidão de tempo de contribuição, ainda que o tempo certificado não seja utilizado para a concessão de aposentadoria.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e IV, apenas.

Questão 54

Sobre o custeio dos Regimes Próprios de Previdência Social após a Emenda Constitucional nº 103/2019, assinale a alternativa correta.

A)

Havendo déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas pode incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o salário mínimo, e a contribuição extraordinária somente pode ser instituída se demonstrada a insuficiência dessa medida para equacionamento do déficit.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas sempre incide sobre a totalidade dos proventos de aposentadoria e pensões, independentemente da existência de déficit atuarial no Regime Próprio de Previdência Social.
- C)** A contribuição extraordinária para equacionamento de déficit atuarial pode ser instituída antes da contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas, bastando que o ente federativo demonstre necessidade financeira momentânea. 
- D)** A existência de déficit financeiro no exercício autoriza, por si só, a cobrança de contribuição previdenciária extraordinária por prazo indeterminado, ainda que não haja demonstração de déficit atuarial do regime.

DIREITO CIVIL E RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Questão 55

João é proprietário de um imóvel urbano e permitiu que sua irmã, Maria, residisse gratuitamente no local enquanto enfrentava dificuldades financeiras. Não houve contrato escrito, pagamento de aluguel ou promessa de venda. Durante o período de ocupação, Maria reconheceu, em mensagens e conversas com familiares, que o imóvel pertencia a João e que sua permanência decorria da autorização dele. Anos depois, João solicitou a desocupação do imóvel, mas Maria se recusou a sair e alegou que o longo tempo de residência seria suficiente para adquirir a propriedade por usucapião extraordinária.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A)** O simples decurso do tempo de residência no imóvel é suficiente para a usucapião extraordinária, ainda que a ocupante reconheça que ingressou e permaneceu no bem por autorização do proprietário.

- B)** A autorização gratuita para residência em imóvel urbano transfere automaticamente à ocupante posse com ânimo de dono, iniciando desde logo o prazo da usucapião extraordinária.
- C)** A usucapião extraordinária exige justo título e boa-fé, além de posse contínua e sem oposição pelo prazo legal.

D) A permanência no imóvel fundada em permissão ou tolerância do proprietário não induz posse apta à usucapião, sendo necessário o exercício de posse própria, contínua e sem oposição, com ânimo de dono, pelo prazo legal.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 56

Sobre o contrato de mandato e os poderes conferidos ao mandatário, analise as afirmativas a seguir.

I.O poder de transigir importa, por si só, autorização para firmar compromisso, pois ambos os atos envolvem disposição de interesses patrimoniais.

II.O mandato em termos gerais só confere poderes de administração; para alienar, hipotecar, transigir ou praticar atos que excedam a administração ordinária, a procuração depende de poderes especiais e expressos.

III.Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são nulos de pleno direito e não podem ser ratificados pelo representado.

IV.O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, salvo o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.



Está correto o que se afirma em:

A) II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) I e III, apenas.

C) I, II, III, IV.

D) I, II e IV, apenas.

Questão 57

Durante a análise de minuta de acordo a ser firmado entre o Município e particular, a Procuradoria verifica a existência de cláusula segundo a qual o particular reconhece determinada dívida civil, renuncia antecipadamente à prescrição e aceita que o prazo prescricional aplicável seja ampliado por convenção entre as partes. A minuta também prevê que eventual prescrição poderá ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.

Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A prescrição somente pode ser alegada até a contestação, pois sua invocação em grau recursal viola a boa-fé objetiva e a estabilidade da relação processual.
- B) Os prazos prescricionais podem ser ampliados por acordo das partes, desde que a alteração favoreça o credor e esteja prevista de forma expressa no instrumento contratual.

C)
A renúncia à prescrição somente é válida depois de consumada, desde que não prejudique terceiro, e os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo das partes, embora a prescrição possa ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita

GABARITO PRELIMINAR

- D) A renúncia antecipada à prescrição é válida quando constar expressamente de instrumento escrito, pois a autonomia privada permite ao devedor afastar previamente a incidência do prazo prescricional.

Questão 58

O Município, na condição de locatário, celebrou contrato de locação de imóvel particular para instalação provisória de serviço público municipal, prevendo que o locador deveria entregar o imóvel em condições de uso em determinada data, sob pena de multa contratual pelo atraso. Verificado o inadimplemento parcial, o Município pretende exigir o cumprimento da obrigação, a multa contratual e, ainda, indenização suplementar por prejuízos superiores ao valor da cláusula penal, embora o contrato não contenha previsão expressa autorizando essa indenização suplementar.

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta.



- A) A indenização suplementar é sempre devida quando o prejuízo alegado pelo credor superar o valor da cláusula penal, ainda que o contrato nada disponha a respeito.

B)
A cláusula penal estipulada para o caso de mora pode ser exigida juntamente com o cumprimento da obrigação principal, mas a indenização suplementar somente será devida se houver previsão expressa no contrato, cabendo ao credor provar o prejuízo excedente.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A cláusula penal somente pode ser cobrada se o credor comprovar integralmente o prejuízo sofrido, pois a multa contratual depende da demonstração do dano efetivo.
- D) A existência de cláusula penal impede o credor de exigir o cumprimento da obrigação principal, ainda que a penalidade tenha sido estipulada apenas para o caso de mora.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

Questão 59

Beltrano trabalhou para sociedade empresária contratada por Município entre 20 de maio de 2019 e 20 de maio de 2023. Em 10 de janeiro de 2024, ajuizou reclamação trabalhista com pedidos de horas extras e adicional de insalubridade, mas o processo foi extinto sem resolução do mérito. Em 15 de maio de 2025, Beltrano ajuizou nova reclamação, repetindo os pedidos de horas extras e adicional de insalubridade e acrescentando pedido de anotação da CTPS para fins de prova perante a Previdência Social.

À luz da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) A segunda reclamação é tempestiva apenas quanto à anotação da CTPS, pois os créditos pecuniários não se beneficiam da regra de imprescritibilidade aplicável às anotações para fins previdenciários.
- B) A segunda reclamação é intempestiva quanto aos créditos, pois a extinção sem resolução do mérito impede o efeito interruptivo da primeira reclamação.
- C) A segunda reclamação é tempestiva, a interrupção decorrente da primeira ação alcança todos os pedidos ligados ao contrato e a anotação da CTPS segue o prazo dos créditos trabalhistas.

D)

A segunda reclamação é tempestiva, a interrupção decorrente da primeira ação alcança apenas os pedidos repetidos e a anotação para fins previdenciários não se sujeita à prescrição.



GABARITO PRELIMINAR

Questão 60

Ciclana, empregada pública celetista, ajuizou reclamação trabalhista escrita contra entidade da Administração indireta municipal. Na petição inicial, formulou pedido de pagamento de adicional noturno, com indicação de valor. Também requereu horas extras "a apurar em liquidação", sem indicação de valor, e reflexos "em todas as verbas legais", sem especificar as parcelas atingidas. A reclamada, em defesa, pediu a extinção integral do processo sem resolução do mérito.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

A)

Devem ser extintos sem resolução do mérito apenas os pedidos que não atendam aos requisitos legais.

GABARITO PRELIMINAR

- B) A ausência de valor pode ser suprida na liquidação, desde que a petição inicial contenha breve exposição dos fatos.

- C) A reclamação deve ser extinta integralmente, pois a existência de pedido irregular contamina toda a petição inicial.
- D) A indicação de valor é exigida apenas no procedimento sumaríssimo, não na reclamação trabalhista comum.

Questão 61

Nos termos da Lei 6.019/1974, assinale a alternativa correta sobre o trabalho temporário.

A)

A demanda complementar de serviços pode decorrer de fatores imprevisíveis ou, quando previsíveis, de natureza intermitente, periódica ou sazonal. O contrato com a mesma tomadora não pode exceder 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por até 90 (noventa) dias.

GABARITO PRELIMINAR

- B) O trabalho temporário admite contratação por demanda complementar previsível, desde que periódica ou sazonal. Encerrado o prazo máximo do contrato, o trabalhador pode ser imediatamente recolocado na mesma tomadora, desde que por novo instrumento contratual.
- C) A demanda complementar de serviços pode decorrer de fator previsível de natureza periódica ou sazonal, mas o contrato temporário com a mesma tomadora não admite prorrogação além de 180 (cento e oitenta) dias.
- D) O contrato temporário com a mesma tomadora pode alcançar 180 (cento e oitenta) dias. A prorrogação por 90 (noventa) dias somente é admitida nos casos de substituição transitória de pessoal permanente, não na demanda complementar de serviços.



Questão 62

Fulano foi empregado de sociedade empresária contratada pelo Município para prestação de serviços terceirizados de limpeza em prédio público. Após o encerramento do contrato de trabalho, ajuizou reclamação trabalhista contra a empregadora e contra o Município, postulando verbas rescisórias inadimplidas. Na sentença, o juiz reconheceu a prestação de serviços em favor do ente público e condenou subsidiariamente o Município, fundamentando a decisão apenas no inadimplemento das verbas pela empresa contratada e na atribuição automática ao ente público do ônus de provar fiscalização suficiente do contrato.

Tendo em vista os precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

A)

A condenação subsidiária do Município não pode apoiar-se apenas no inadimplemento da empregadora nem na inversão automática do ônus da prova, exigindo comprovação de comportamento negligente ou de nexo causal imputável ao ente público.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A responsabilidade do Município é solidária, pois a terceirização de serviços contínuos transfere ao tomador público todos os riscos do contrato de trabalho mantido pela empresa contratada.
- C)** A responsabilidade do Município é juridicamente impossível em qualquer hipótese, pois a contratação regular de empresa terceirizada afasta toda responsabilização trabalhista do ente público.
- D)** A condenação subsidiária do Município é consequência necessária do inadimplemento da empregadora, desde que Fulano tenha prestado serviços em benefício direto do ente público durante a execução contratual.



DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

Questão 63

Assinale a alternativa correta acerca do plano diretor municipal, à luz do Estatuto da Cidade.

- A)** A lei que institui o plano diretor deverá ser revisada, obrigatoriamente, a cada cinco anos.
- B)** O plano diretor deve englobar exclusivamente a região central do município, ficando as áreas periféricas sujeitas à disciplina do plano plurianual.

C)

O plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

- D) O plano diretor constitui instrumento autônomo de planejamento municipal, não sendo obrigatória sua compatibilização com o plano plurianual.

Questão 64

A Lei n.º 6.766/1979 disciplina o parcelamento do solo urbano, estabelecendo requisitos urbanísticos e procedimentos para loteamento e desmembramento. Com base nas disposições dessa lei, assinale a alternativa correta.

- A) O parcelamento do solo para fins urbanos é admitido em qualquer área do território municipal, cabendo ao loteador verificar a aptidão do terreno, independentemente de definição prévia em lei ou plano diretor.

B)

Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

GABARITO PRELIMINAR

- C) Aprovado o projeto de loteamento, o loteador disporá de um ano para submetê-lo a registro imobiliário, sob pena de caducidade da aprovação
- D) Os espaços livres de uso comum, vias e praças constantes do projeto de loteamento poderão ter sua destinação alterada pelo loteador a qualquer tempo, desde que haja aprovação da Câmara Municipal.



Questão 65

A responsabilização por dano ambiental possui regime jurídico próprio no ordenamento brasileiro, voltado à ampla proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim:

- A) a responsabilidade civil ambiental depende da demonstração de dolo ou culpa do causador do dano.
- B) a obrigação de reparar dano ambiental prescreve no prazo de cinco anos, contados da ciência do dano pela Administração Pública.

C)

a responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva, orientada pela teoria do risco integral.

GABARITO PRELIMINAR

D) a responsabilidade administrativa por dano ambiental afasta a responsabilidade civil pela mesma conduta.

Questão 66

Nos termos da Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa correta sobre licenciamento ambiental.

A)

Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente.



GABARITO PRELIMINAR

B) Apenas atividades efetivamente poluidoras dependem de prévio licenciamento ambiental, sendo dispensadas as potencialmente poluidoras.

C) As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais poderão aprovar projetos sem licenciamento ambiental, desde que cumpridas as normas expedidas pelo CONAMA.

D) Compete ao CONAMA propor ao IBAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento ambiental.

DIREITO DIGITAL E TRANSPARÊNCIA

Questão 67

A Lei de Acesso à Informação assegura o acesso a informações públicas mediante procedimentos objetivos e ágeis, destinados à observância da transparência administrativa. Assim:

- A) o acesso à informação pública poderá ser condicionado à demonstração de finalidade legítima relacionada ao conteúdo solicitado.
- B) a Administração Pública poderá exigir justificativa do pedido sempre que a informação solicitada puder afetar a rotina administrativa do órgão.
- C) o pedido de acesso à informação dependerá da demonstração de interesse jurídico específico do requerente quando envolver atividade administrativa interna.

D) são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 68

A Lei de Acesso à Informação estabelece mecanismos voltados à transparência da atuação administrativa, compreendendo deveres de divulgação espontânea de informações e atendimento a solicitações formuladas pelos cidadãos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.



- A) O dever de transparência ativa restringe-se às informações expressamente requeridas pelos administrados.
- B) O acesso à informação somente poderá ser exercido mediante provocação formal do interessado perante a Administração Pública.

C) A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral independentemente de requerimentos constitui hipótese de transparência ativa.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** A transparência passiva dispensa a existência de canais de atendimento ao cidadão para solicitação de informações públicas.

Questão 69

Compete à Autoridade Gestora Municipal da Lei de Acesso à Informação, entre outras atribuições, monitorar a aplicação do decreto e recomendar medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do acesso à informação. A referida função é exercida pelo:

- A)** Secretário de Governo.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** Procurador-Geral do Município.

- C)** Ouvidor Geral do Município.

- D)** Controlador Geral do Município.

Questão 70



O acesso à informação compreende, entre outros direitos, a obtenção de informações contidas em registros ou documentos produzidos ou acumulados por órgãos públicos. Nesse sentido:

- A)** a ocultação de informações sigilosas em documento público somente poderá ocorrer mediante classificação ultrassecreta da integralidade do documento.

- B)** quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

GABARITO PRELIMINAR

- C)** a existência de trecho sigiloso em documento público impede o fornecimento de qualquer parte da informação ao interessado.

- D)** o acesso parcial à informação dependerá de autorização judicial sempre que houver necessidade de ocultação de trecho sigiloso.

ATUAÇÃO CONSULTIVA E TÉCNICA LEGISLATIVA

Questão 71

As decisões do Conselho Superior de Procuradores:

- A) possuirão natureza meramente consultiva, servindo como orientação interna sem eficácia vinculante para casos futuros.
- B) terão força vinculante para os casos que versarem sobre a matéria de sua competência, prevalecendo inclusive sobre as decisões do incidente de uniformização de entendimento.
- C) produzirão efeitos obrigatórios apenas em relação aos integrantes do Conselho Superior de Procuradores que participaram da deliberação.
- D) dependerão de homologação pelo Chefe do Poder Executivo para adquirirem eficácia vinculante nos casos submetidos à sua apreciação.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 72

Nos termos da Lei de Arbitragem, no procedimento arbitral que envolva a Administração Pública, a arbitragem será sempre de direito e deverá respeitar o princípio da:

- A) eficiência.
- B) autonomia da vontade.
- C) confidencialidade.
- D) publicidade.



GABARITO PRELIMINAR

Questão 73

Sobre o incidente de uniformização de entendimento previsto no Decreto Municipal nº 6.669/2019, assinale a alternativa correta.

- A) A decisão do incidente dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior de Procuradores.
- B) O incidente deverá ser decidido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, improrrogável, contado da convocação do Conselho Superior de Procuradores.
- C) O Presidente do Conselho Superior de Procuradores votará em todas as deliberações do incidente, além de exercer voto de desempate quando necessário.
- D)** O incidente deverá ser decidido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável excepcionalmente por igual período, após prévia avaliação do Presidente do Conselho Superior de Procuradores.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 74

A confidencialidade constitui uma das características do procedimento de mediação, alcançando as informações compartilhadas pelas partes e demais participantes do procedimento. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.



- A) A prova apresentada em desacordo com as regras de confidencialidade poderá ser admitida em processo judicial, desde que submetida ao contraditório.
- B)** A informação relativa à ocorrência de crime de ação pública não está abrangida pela regra de confidencialidade.
- C) A confidencialidade impede a prestação de informações à administração tributária mesmo após o encerramento da mediação.
- D) O dever de confidencialidade aplica-se tão somente ao mediador e às partes diretamente envolvidas no procedimento.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 75

Sobre a autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público:

A)

a instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da Administração Pública suspende a prescrição.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** compete às câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos analisar controvérsias relacionadas ao equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos, inclusive quando a solução depender de autorização legislativa.
- C)** o acordo celebrado perante as câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos constitui título executivo judicial.
- D)** a submissão do conflito às câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos é obrigatória sempre que houver controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público.



Questão 76

Compete ao Conselho Superior de Procuradores:

- A)** analisar e decidir recursos administrativos em procedimentos licitatórios.
- B)** homologar licitações e contratos administrativos.
- C)** representar judicialmente o Município.
- D)** baixar Parecer Normativo e Orientação Normativa.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 77

Assinale a alternativa correta sobre as regras da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) aplicáveis à interpretação e aplicação do direito público

- A)** Em decisão sobre a regularidade de conduta administrativa, as circunstâncias práticas que houverem limitado ou condicionado a ação do agente somente poderão ser consideradas para reduzir eventual sanção, não para influenciar a análise da validade do ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa.
- B)** Na interpretação de normas sobre gestão pública, devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, o que permite afastar a observância dos direitos dos administrados quando demonstrada limitação material relevante.
- C)** Na aplicação de sanções ao agente público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais poderão ser considerados pela autoridade competente, mas as sanções já aplicadas em outras esferas não interferem na dosimetria administrativa.



D)

Na aplicação de sanções ao agente público, devem ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente, devendo as sanções já aplicadas ser consideradas na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 78

Sobre as regras de técnica legislativa aplicáveis à elaboração e alteração dos atos normativos, assinale a alternativa correta.

A)

A cláusula de revogação deverá enumerar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.

GABARITO PRELIMINAR

B) A alteração da lei deverá ocorrer necessariamente por meio de reprodução integral em novo texto, ainda que a modificação seja pontual.

C) Na contagem do prazo de *vacatio legis*, exclui-se a data da publicação e inclui-se o último dia do prazo.

D) Os artigos de lei serão designados exclusivamente por algarismos romanos, seguidos de ponto final.



Questão 79

Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

A) O compromisso celebrado pela Administração Pública poderá conferir desoneração permanente de dever reconhecido por orientação geral, desde que haja relevante interesse público devidamente fundamentado.

B) A celebração do compromisso dispensa a oitiva do órgão jurídico, por se tratar de ato discricionário da autoridade administrativa.

C)

Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, a autoridade administrativa poderá celebrar compromisso com os interessados, observados os requisitos legais, o qual somente produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** O compromisso deverá prever genericamente as obrigações assumidas pelas partes, podendo o prazo de cumprimento e as sanções aplicáveis serem definidos posteriormente pela autoridade administrativa.

Questão 80

Acerca da ação para declaração de nulidade da sentença arbitral, assinale a alternativa correta.

- A)** A decretação de nulidade da sentença arbitral somente poderá ser requerida por meio de ação autônoma, sendo vedada sua alegação em impugnação ao cumprimento de sentença.
- B)** A ação de nulidade da sentença arbitral poderá ser proposta a qualquer tempo, desde que demonstrada violação à ordem pública.



- C)** O prazo para ajuizamento da ação de nulidade da sentença arbitral é de 15 dias, contados da assinatura da convenção de arbitragem.

D)

A demanda para declaração de nulidade da sentença arbitral deverá ser proposta no prazo de até 90 dias após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou da decisão do pedido de esclarecimentos.

GABARITO PRELIMINAR